

**G OVER NO DO E ST A DO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA**

DECRETO Nº 2723 DE 09 DE SETEMBRO DE 1985.

ALTERA O DECRETO 1.394 DE 04 DE AGOSTO DE 1.983, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO DIA 05 DE AGOSTO DE 1.983 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA,no uso

de suas atribuições legais ,

D E C R E T A

ART. 1º - Ficam revogados o parágrafo único do artigo 15 e os artigos 16, 17, 18 e 19, e respectivos parágrafos, e o inciso XI do artigo 34, todos do Decreto 1.394, de 04 de agosto de 1.983.

ART. 2º - O título da Subseção DA COMISSÃO, que compreende os artigos 31 e seguintes do mencionado Decreto nº 1394, fica alterado para DAS COMISSÕES.

ART. 3º -Os artigos 15, 31, 32 ,33 e 39,do

diploma regulamentar a que se refere o artigo 19, ficam e passam a vigorar com a seguinte redação :

alterados

"ART. 15 - Incumbe à Secretaria de Estado da Administração, elaborar e publicar a lista dos materiais e equipamentos padronizados com as respectivas especificações, atualizando-a periodicamente.

**GO V ERNO DO ES T A DO DE RONDÔNIA**



**GOVERNADORIA**

ART. 31 - Ficam criadas as seguintes Comissões de licitação, todas autônomas e vinculadas à Governadoria:

I - Comissão Setorial de Licitação;

II - Comissão de Licitação de Obras;e

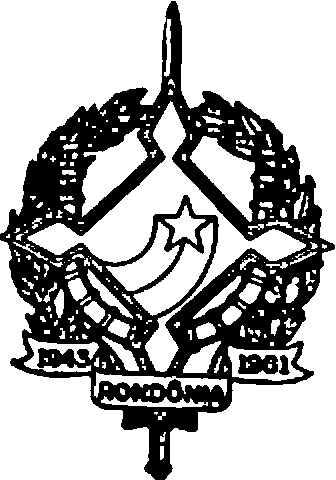
III – Comissão Geral de Licitação.

§ 1 º - A Comissão Setorial de Licitação atuará nos processos de aquisição de quaisquer materiais, equipamentos, máquinas aparelhos, instrumentos, acessórios, peças de reposição, drogas e medicamentos, insumos, gêneros e serviços de interesse do Hospital de Base Ary Pinheiro e Secretarias de Estado da Saúde, do Interior e Justiça e da Segurança Pública.

§ 2º - A Comissão de Licitação de Obras atuará nos processos de construção e reformas de edifícios, estradas e na pavimentação destas, de interesse de quaisquer Secretarias ou Órgãos da Administração do Estado.

§ 3º - A Comissão Geral de Licitação atuará em todos os processos de aquisições de materiais, equipamentos, gêneros e serviços, de interesse de quaisquer Secretarias ou Órgãos da Administração Estadual, desde que não sejam de competência de qualquer das Comissões referenciadas nos dois parágrafos anteriores .

§4º - As Comissões serão integradas por profissionais habilitados e de reputação ilibada, designados pelo Governador, e cada umas delas e comporá de 04 (quatro) membros efetivos, inclusive um Presidente e um



Secretário, além de 02 (dois) suplentes. A Comissão a que se refere o parágrafo anterior, será presidida pelo Secretário de Estado da Administração.

§5º - Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente, substituí-lo-a o Secretário. A substituição deste se fará por um dos membros efetivos e a dos últimos pelos suplentes, em qualquer destes casos por determinação do Presidente.

§6º - As Comissões, por seus Presidentes, poderão requisitar a colaboração de técnicos de quaisquer Secretarias ou Órgãos do Estado para análise técnica do objeto da licitação.

§7º - Caberá a todas as Comissões o julgamento dos pedidos de inscrição, as classificações e as alterações subsequentes do Registro Cadastral previsto no artigo 28.

ART. 32 - São competentes para solicitar às Comissões a abertura do Processo licitatório, ou sua dispensa:

I – Os Secretários de Estado;

II - Os Chefes das Casas Civil e Militar;

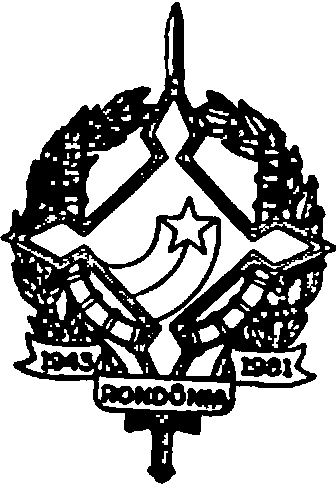
III - O Auditor Geral e o Procurador Geral;

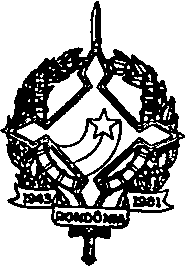
IV - Os dirigentes de autarquias; os

Presidentes de Empresas Públicas

e de Economia Mista; e,

V - Os Diretores Gerais de Órgãos da Administração.





ART. 3º - O procedimento da licitação será iniciado com a abertura do Processo Administrativo, devidamente autuado, protocolado, numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa e encaminhamento à Comissão competente.

Parágrafo Único - Nos casos de dispensa de licitação na Administração Centralizada, o Processo não poderá ser encaminhado à Comissão sem estar instruído de Justificativa Técnica e de Parecer da Procuradoria Geral do Estado definindo o enquadramento legal da dispensa.

ART. 3º - A licitação será processada e julgada pela Comissão competente, observado o seguinte procedimento:

1. Abertura dos envelopes “documentação” e sua apreciação;
2. Devolução dos envelopes “proposta” fechados, aos concorrentes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
3. Abertura dos envelopes "proposta" dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, consignada em ata, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
4. Classificação das propostas e adjudicação de objeto da concorrência ao vencedor, publicadas resumidamente no Diário



Oficial do Estado";

V - homologação da classificação e adjudicação, com a convocação do vencedor para a assinatura do contrato, publicada resumidamente no "Diário Oficial do Estado", transcorrido o prazo sem interposição de recursos ou após o julgamento dos interpostos.

§ 1º - A abertura dos envelopes “documentação” e "proposta" será realizada em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pela Comissão e pelos licitantes. O não comparecimento do licitante ao ato ou a falta de sua assinatura, na respectiva ata importa na aceitação das decisões da Comissão.

§ 2º - Todos os documentos e envelopes “proposta” serão rubricados obrigatoriamente pela Comissão e, facultativamente, pelos licitantes presentes ao ato.

§ 3º - O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à tomada de preços e ao convite.

ART. 4º- Ficam revogados os Decretos nºs. 1.110. 1.165 e 1.192, respectivamente, de 02, 23 e 31 de maio de 1.983, assim como, dissolvida a atual Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras - CPLM-0.



ART. 5º - Os Processos de Licitação em curso perante a Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Obras CPLM-0, serão distribuídos entre as novas Comissões, conforme a com­petência estabelecida por este Decreto.

ART. 6º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ANGELO ANGELIN

Governador